

A MATA ATLÂNTICA: SERTÕES DE PERNAMBUCO E ALAGOAS, SÉCS. XVII-XIX

MARCUS J. M. DE CARVALHO*

Resumo: As matas entre Alagoas e Pernambuco abrigaram os quilombolas e índios que participaram tanto da epopéia de Palmares quanto da Cabanada (1832-35). A chamada “gente das matas” era constituída de comunidades cujas relações entre si eram contraditórias e complexas. As florestas onde viviam sobreviveram, atravessando o período colonial devido à sua relevância para a indústria açucareira e para a economia como um todo.

Palavras-chave: História Ambiental. Palmares. Cabanada. Índios. Quilombolas.

Abstract: The forests between the provinces of Alagoas and Pernambuco harboured both maroons and Indians, who participated in the history of Palmares and the Cabanada (1832-35). The so-called “people of the forests” formed complex communities. Their relations with each other were also contradictory and complex. The forests where they lived survived throughout the colonial period due to their relevance for the sugar industry and the economy at large.

Keywords: Environmental History. Palmares. Cabanada Indians. Maroons.

* Mestre de História da UFPE. O autor agradece ao CNPq pelo apoio a esta pesquisa.

É imensa a literatura falando da devastação ao meio ambiente causada pela agroindústria açucareira. Mesmo admitindo essa devastação, hoje ainda há matas rememorando a antiga floresta que, até o século XIX, serpenteava desde Alagoas, atravessando Pernambuco correndo paralela ao planalto da Borborema. Em alguns pontos, quase tocava o mar. Em outros, era como se quisesse ultrapassar a serra. Insinuando-se entre engenhos, atravessando rios, as matas transpunham a cunha urbana formada pelas cidades gêmeas de Recife e Olinda, ultrapassavam Goiana, entrando na Paraíba. Esse caminho foi singrado por palmarinos, cabanos e malunguinhos. O tema deste trabalho é esse “sertão bravo” – na expressão de um cronista setecentista – que adensava na fronteira entre Alagoas e Pernambuco. A idéia aqui explorada, é que havia matas inconquistadas, tanto devido ao terreno acidentado, como por necessidade, pois os engenhos não poderiam operar sem lenha. Além disso, a própria coroa incentivava a preservação das madeiras nobres, próprias para construção naval. Essa madeira também tinha valor comercial para os negociantes locais. Era nessa floresta que vivia a “gente das matas”.

Nos seus relatos, os agentes da ordem senhorial que combatiam os fugitivos da escravidão, não conseguiam deixar de se impressionar com a exuberância da natureza onde submergiam tanto os quilombolas como as tropas que iam enfrentá-los. Quando pensamos em Palmares, pensamos nas pessoas envolvidas no conflito. Pensamos no heroísmo dos palmarinos, nos desígnios da economia açucareira e nos arranjos da política colonial. Isso não basta. Devemos pensar também nas matas, que tanta perplexidade causou a cronistas do século XVI ao XIX. A mata também é uma fonte para a história social. Não apenas pelos resquícios arqueológicos sobre as aventuras humanas que ali aconteceram desde os tempos mais remotos. Mas também pelas narrativas produzidas sobre elas, que evidenciam a impossibilidade de conquistá-las com tecnologia pré-industrial. Sobre a permanente estupefação das autoridades ao saber que lá sempre haveria comunidades inconquistadas. Talvez até inconquistáveis. Tanto negras como indígenas, ou mesmo mais difíceis de serem facilmente denominadas, devido ao simples fato de serem produtos de séculos de convívio forçado entre povos de diferentes procedências. Chamar todas essas populações de índios ou de negros

linearmente é uma posição essencialista que pode gerar uma reificação ingênua de identidades muito dinâmicas. Identidades constituídas no cotidiano da luta pela terra e pela sobrevivência, onde o adversário imediato podia, inclusive, ter a mesma cor da pele, haja vista o emprego maciço de negros e índios para combater quilombolas e povos nativos arredios em todo o novo mundo. Intuitivamente, os colonizadores, os donos da terra, os inimigos dessas populações florestais percebiam isso ao preferir denominá-los simplesmente de “gente das matas”. Gente das matas, portanto, não é empregado aqui neste texto como um conceito sociológico. É apenas uma referência às populações florestais de um extenso perímetro, dentro de um quadro temporal amplo. É, portanto, apenas um termo menos carregado, que serve para evitar o enquadramento dessas populações em modelos pré-fixados que não correspondem à dinâmica de suas histórias.

As matas, por si, também têm uma história. É praticamente impossível haver alguma que jamais tenha sido tocada pelo homem. Desde a pré-história, os povos nativos mudaram e interagiram com a natureza. Um nativo com tecnologia neolítica, capaz de fazer fogo e com ferramentas ainda rudes, muda mais o meio ambiente em seu entorno do que levas de caícutas e as onças que os devoram. Só o homem queima as matas para plantar seus alimentos. Com suas armas caçam e pescam inúmeras variedades de animais. Ao se moverem, levam e repassam seus produtos, sementes, práticas de uso e conquista da natureza. É por isso que concordamos com Jan Vansina, quando afirma que é ingenuidade pensar que as comunidades florestais vivem isoladas.¹ As trocas culturais e materiais entre elas são inevitáveis, mesmo admitindo que existem áreas inóspitas para a vida humana e outras que, embora nem tão inóspitas assim, são de difícil aproveitamento em um dado momento histórico. Os Palmares velhos, se formos acreditar no relato dos que foram destruí-lo, foram abandonados devido à insalubridade do lugar onde se encontrava.²

Um mapa publicado por Décio Freitas sobre as terras palmarinas traça o longo percurso que vai desde o quilombo de Andalaquituche, em Alagoas, até o de Amaro, depois do rio Serinhaém, já em território pernambucano. O quilombo de Amaro ficava tão perto dos engenhos, que Domingos Jorge Velho protestou, quando mandaram que ele se

instalasse um pouco ao sul da vila de Vitória de Santo Antão, pois considerava que ali já era o “princípio de Palmares”.³ No século XVIII, Camoanga chegou a Jaboatão, depois do Cabo de Santo Agostinho, perigosamente perto do que hoje é o grande Recife, onde ainda havia negros aquilombados em 1829. Para surpresa e terror das autoridades locais, no mesmo momento em que se combatia o quilombo de Malunguinho,⁴ na zona da mata norte, apareceram graves atividades quilombolas em Jaboatão. Segundo as autoridades locais, o quilombo tinha mais de oitenta pessoas, que ocupavam onze mucambos no cimo de uma colina nas matas entre os engenhos Guararapes, Santo André, São Bartolomeu e Sant’Anna. As autoridades temiam que o quilombo crescesse tal como ocorrera com a “república, ainda que rústica” de Palmares, nos séculos anteriores.⁵ Podemos dizer, portanto, que as matas não eram sertões por estarem distantes. Não era esse o caso. Elas eram sertão pela impossibilidade de cruzá-las facilmente, de sobreviver sem saber como aproveitar seus furtivos recursos, de conquistá-las mesmo dispondo de ferro e fogo. Era tão difícil conseguir o sustento das tropas, que não era despropositado chamá-las de “desertos”, como o fez o cronista em 1678.⁶

Mesmo hoje em dia, nem toda aquela área foi tomada pela agricultura de exportação. O principal motivo é o terreno acidentado, na subida da serra da Borborema, a “mais majestosa do Brasil”, na exagerada expressão de Aires de Casal.⁷ Terras férteis em locais de difícil acesso podem ser um paraíso para índios e quilombolas, mas pouco servem para a economia de plattation, devido ao custo de transporte da produção para os mercados. Para Warren Dean, o momento da virada foi a mecanização da indústria, trazendo a estrada de ferro e a máquina a vapor, transformando as matas em carvão.⁸ A estrada de ferro rasgou as serras e cruzou os rios e montanhas, expandindo a fronteira agrícola exponencialmente. Por mais que falemos das coivaras dos índios, das queimadas para o plantio dos canaviais, dos incêndios causados por caçadores buscando afugentar os animais para suas armadilhas e pontos de tiro, o marco da destruição foi a indústria moderna, a estrada de ferro a partir da segunda metade do século XIX. A devastação da mata atlântica, portanto, tem uma história. Ela não é um processo linear que dispensa maiores explicações.

Há muito que falamos da devastação provocada pela cana. Nenhum outro produto ocupou mais os habitantes do Brasil entre 1500 e a Independência. Cedo a garapa conquistou os índios, segundo o *Diálogo das Grandezas do Brasil*, reduzindo o cauim a finalidades rituais. João Blaer relatou que o canavial encontrado nos “Palmares Velhos”, já abandonado em 1645, tinha 2 milhas de extensão.⁹ Mas a produção de açúcar e de aguardente não dependem apenas da fermentação do caldo, como a garapa. Era preciso muita lenha para cozinhar o caldo. A literatura conservacionista contemporânea praticamente insinua que a cana devorava a mata e os homens, como as ovelhas na Inglaterra de Thomas Morus. De fato, a monocultura não era generosa com a mata. Gilberto Freyre dedicou um capítulo inteiro do seu *Nordeste*, a essa relação predatória com o meio ambiente.¹⁰ Todavia, é necessário reconhecer que a floresta tinha um lugar nos planos dos senhores de engenho.

Engenho sem mata própria, precisava comprar lenha. Matas distantes implicavam num custo adicional no transporte da lenha, no tempo de trabalho dos cambiteiros, no desgaste dos animais de carga, que tinham que ser criados e mantidos para esse fim, ou então, eventualmente dos próprios carros de boi, com suas rodas e junções de madeira. O corte de lenha era feito por homens livres por ser tarefa menos rentável e arriscada. Muitos, talvez a maioria, carregavam-na nas costas. Mas a contrapartida era a permissão para um roçado – o que significa menos terra para cana. Quanto mais perto a lenha, mas barata e rápida chegava às caldeiras do engenho. Queimar todas as matas inviabilizava a produção de açúcar. O uso do bagaço no Caribe foi uma consequência da falta de lenha nas ilhas. A revolução industrial possibilitou o surgimento de fornos adequados para esse fim. Mas se não fosse a necessidade, eles não teriam sido utilizados. É um contra-senso falar que era irracional não usar o bagaço como combustível em Pernambuco e Alagoas na primeira metade do século XIX. Enquanto havia lenha, era muito mais racional aproveitá-las do que importar e manter um caro forno inglês para queimar o bagaço. Engenho de “fogo morto”, não era só engenho falido ou de terras exauridas. Era também engenho sem mata.

A experiência milenar com a agricultura também ensinou aos europeus que a devastação das florestas acarretava pragas, pois os insetos e, principalmente, os ratos, não teriam para onde ir, a não ser para as

lavouras. Era uma constatação prática: onde não havia mata, havia mais insetos, ratos e pragas. A escolha do local de plantio também podia proteger a mata. Terrenos baixos e planos eram mais adequados para os canaviais do que os mais acidentados. A chuva pesada, de junho a agosto, levava a camada mais fértil do solo e provocava erosão. O terreno irregular também incidia no custo do transporte, desgastando os burros, os bois e seus carros, cujo tedioso chiado das rodas, não combinava com o infrene sobe-e-desce morro acima e abaixo.

O maior problema, todavia, não era o custo adicional de transporte, mas o problema do tempo. A cana começa a fermentar assim que é cortada. É preciso processá-la imediatamente. A cada hora diminui o teor de sacarose. Em vinte e quatro horas, já não serve para se fazer açúcar. Os rudes senhores de engenho que combatiam índios e quilombolas com suas tropas particulares conheciam bem os detalhes técnicos da produção. Sabiam que a caldeira deveria estar acesa durante a moagem. A lenha tinha que estar sempre disponível. Essas questões técnicas deixavam claro que não havia vantagem econômica em queimar as matas encimadas nos morrotes mais íngremes das terras dos engenhos, ou situadas onde não fosse possível trazê-las a tempo de aproveitar plenamente o caldo. Por último, queimar a mata sem planejamento podia, em casos extremos, atingir o canavial.

A mecanização do transporte permitiria que, tanto a lenha como a cana, pudessem vir de longe, sem romper a regra das 24 horas, acelerando a destruição da mata atlântica exponencialmente. Permitiu ainda o transporte maciço de açúcar para portos distantes, de onde poderia seguir para os mercados externos. Cana plantada em brejo cercado de morros íngremes servia apenas para fornecer seus derivados para o mercado local. O plantio era naturalmente limitado pelo tamanho desse mercado. Mercado para engenhoca e não para um engenho real, daqueles que tanto impressionavam os viajantes oitocentistas. A estrada de ferro abriu novas fronteiras agrícolas.

Na época da Cabanada (1832-35), ainda havia muito das matas palmarinas. Sua exuberância, todavia, disfarçava as dificuldades dos povos que dependiam dela para viver. A mata nem sempre era generosa em mantimentos. Populações florestais podem, e freqüentemente, passar por sérias carências nutricionais. Era preciso conhecer a fundo o meio

ambiente em sua imensa variedade, distâncias e labirintos. A mobilidade é uma característica inevitável das comunidades florestais. Aqui há peixes e boa terra para os mandiocais. Mas é acolá onde estão as caças de maior porte e qualidade, que podem estar longe dessa ou daquela fruta da estação, dos insetos comestíveis que também seguem um calendário, das abelhas com seu mel, dos palmitos, etc. Também podiam estar em locais variados as melhores madeiras para se fazer objetos distintos, como lanças e flechas, arcos, canoas, paliçadas, etc. As experiências de aproveitamento, transformação e adaptação ao meio ambiente traçam o caminho da história e da cultura das populações florestais. Os palmarinos foram um desses povos. Os cabanos, outro. Entre eles, inúmeras comunidades indígenas, tanto remanescentes dos povos originais, como “descidos” no período colonial ou trazidos por Domingos Jorge Velho ou pelo “governador dos índios domesticados”, Antonio Pessoa Arcoverde, que implantou algumas aldeias para impedir ataques palmarinos.¹¹

A Cabanada (1832-35) foi um desdobramento da queda de Pedro I, em abril de 1831. Mas suas raízes são profundas. Foi na fronteira entre Alagoas e Pernambuco que desembarcaram as tropas que vieram do Rio de Janeiro para esmagar a Insurreição Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador (1824). Em 1817, os aliados da Coroa na comarca de Alagoas ganharam a emancipação, um província inteira como recompensa pelo auxílio contra a “república”. Os bens dos proprietários rebeldes foram engabelados pelos vencedores. Em 1824, novamente a esquadra imperial desembarcou na fronteira, juntando-se aos adversários do governo federalista de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, que sem outra alternativa além da renúncia ou enfrentamento, decretou a Confederação do Equador em julho de 1824. Os aliados da Coroa foram ainda mais fartamente recompensados do que em 1817. Além das inúmeras comendas, a coroa foi generosa em títulos de nobreza para seus aliados em Pernambuco. Araújo Lima e os Cavalcanti ganharam ainda a própria província – quase um feudo – como diriam os praeiros na década de 1840.

Em 1817 e 1824, os aliados da Coroa armaram sua clientela, homens pobres livres, índios, negros livres e libertos e até escravos. Para comandá-los, contavam com oficiais de baixa patente, pertencentes às

Ordenanças e milícias locais. Foi principalmente em 1824, que os habitantes daqueles sertões foram mobilizados para combater em favor da Coroa imperial. Numa sociedade escravista, altamente militarizada, onde os homens faziam parte de um exército de reserva – as Ordenanças – os feitos militares eram uma das poucas portas abertas para a ascensão econômica e social de um homem pobre. Os exemplos de assimilação vantajosa eram muitos. Os de punição para quem não colaborasse, maiores ainda. As comunidades indígenas, por sua vez, sabiam que a integração às malhas clientelares locais, através dos Capitães-Mores e Diretores de Índios, servia para consolidar a posse da terra e o acesso a armas de fogo e favores, inclusive o de se apropriar dos bens dos adversários da ordem. A elite dominante fazia questão de enfatizar a possibilidade de assimilação vantajosa às malhas do poder através de feitos militares em favor da ordem, tanto que os governantes e seus cronistas nunca se esqueciam de mencionar Henrique Dias e Felipe Camarão entre os heróis pernambucanos, lembrando aos negros e índios que defender a Coroa contra seus adversários poderia ser enormemente vantajoso.

Joaquim Nabuco chamava a Abdicação de Pedro I de “revolução do sete de abril”. Esta expressão caiu em desuso, mas da perspectiva dos contemporâneos da Cabanada, o que aconteceu em Pernambuco não foi pouca coisa. A Abdicação provocou a anistia dos remanescentes da Confederação do Equador e a ascensão dos adversários dos sucessivos governos provinciais entre 1825 e 1831. Em agosto de 1831, inauguraram no Recife a Praça dos Mártires da Pátria, celebrando os heróis de 1817 e 1824. Em 1832, assumiu a presidência da província um irmão do Presidente da Confederação do Equador, que, por sua vez, viria a ser Presidente em 1834, menos de dez anos após ter sido condenado à morte. A queda de Pedro I, portanto, abriu oportunidades para outras facções da classe senhorial. Nas localidades, onde imperava algum Capitão-Mor de predomínio indisputado, ele mesmo enfeixaria a justiça de paz e o alto oficialato da guarda nacional. Todavia, onde quer que houvesse disputa, muitos Capitães-Mores perderiam as eleições no termo de sua residência. Na fronteira entre Alagoas e Pernambuco, havia gente que ascendeu na política local, e até social e economicamente, por ter participado

ativamente da repressão a 1817 e a 1824. Com a queda de Pedro, tudo iria mudar para eles.

Pressionados pela nova ordem, alguns proprietários rurais, liderados pelo Capitão-Mor de Vitória de Santo Antão, Domingos Torres Galindo armaram sua clientela. Entre eles estavam homens do médio e baixo oficialato das ordenanças que se destacaram na repressão à Confederação do Equador, e que temiam represálias. Era esse o caso de Antonio e João Thimóteo, Manoel Affonso de Mello e João Batista de Araújo. No inverno de 1832, a população de uma extensa área, que correspondia em grande parte às terras palmarinas, estava armada e mobilizada. Seus principais líderes não eram grandes proprietários rurais. O maior deles, Vicente de Paula, só veio a ser conhecido no final do ano, quando o movimento já saíra completamente do controle dos proprietários rurais, dos capitães-mores e oficiais de primeira linha que lideraram a Abrilada, cuja imensa maioria já havia se rendido.

Diante da mobilização na fronteira com Alagoas, o governo de Pernambuco mandou mil homens para conter os insubordinados. Um dos alvos eram os índios do vale do rio Jacuípe, que também haviam colaborado na repressão à Confederação do Equador. O arraial de Jacuípe foi fundado em 1707 como um dos pontos de apoio para combater Palmares.¹² Os índios ali estabelecidos provavelmente descendiam dos que vieram com Domingos Jorge Velho, ou então das aldeias implantadas por Antonio Pessoa Arcoverde, como contrafortes aos ataques palmarinos. Da perspectiva das comunidades indígenas, interferir nas brigas de branco do lado dos mais poderosos, como em 1817 e 1824, era uma maneira eficaz de garantir a posse da terra. Mas a mudança de governo em 1831, poderia lhes custar caro.

A tropa enviada do Recife para a fronteira era comandada por um participante da Confederação do Equador, o Capitão Antonio Vaz de Pinho e Carapeba. Condenado à morte em 1824, vivera na clandestinidade até a queda de Pedro I. Uma de suas medidas foi promover o recrutamento, inclusive dos índios de Jacuípe, que resolveram resistir. A terra deles já estava nos planos dos grandes proprietários rurais antes da Abdicação, conforme informa um parecer de 1829 sobre a imigração de colonos livres da Europa, apresentado ao Conselho de Governo da Província. Na proposta, um dos poucos lugares apontados como tendo terras férteis e

ainda devolutas, portanto disponíveis, era no vale do rio Jacuípe.¹³ Manoel Zeferino dos Santos, o autor desse parecer, tornou-se Presidente da Província em outubro de 1832, quando a guerra esquentava no interior.

No cerne da disputa, portanto, estavam as terras ocupadas pelas matas. O maior líder da Cabanada, Vicente de Paula, incorporou simbolicamente a defesa das populações florestais da zona da mata sul ao invocar para si o título de “General”, ou “Comandante, de Todas as Matas”.¹⁴ Em agosto de 1833, ele acusava os “jacubinos” [sic], de queimarem as casas dos habitantes mesmo em tempo de paz. Dizia então ter 3.550 homens sob seu comando,¹⁵ entre os quais havia um corpo de tropa particularmente temível, os “papa-méis”, formado por escravos tomados aos engenhos.

A adesão de cativos às tropas cabanas é um dos aspectos mais instigantes da história da rebelião. Em seus relatos, os agentes da ordem encarregados de conter os cabanos costumavam acusar Vicente de Paula de ser um ladrão de escravos. Isso se repetiria mesmo depois que a Cabanada foi debelada, em 1835, até a prisão de Vicente em 1849. Todavia, se Vicente de Paula tivesse vendido ao menos uma fração dos cativos que diziam ter roubado, ou explorado o trabalho deles, teria ficado um homem rico. Todos os relatos a seu respeito, todavia, descrevem-no como um homem pobre, nunca um negociante de escravos. Certamente a admissão de escravos fugidos em suas tropas dava-se dentro de uma hierarquia, como em Palmares. Mas escravos não são coisas. São pessoas. Os cativos “roubados” por Vicente de Paula, escolhiam ser roubados, incorporando-se assim à “gente das matas”.

As matas cabanas eram parte das antigas matas palmarinas. Essa constatação exata foi feita tanto por Manoel Correia de Andrade como Décio Freitas e Dirceu Lindoso. Segundo um relatório de 1797, as matas mais próximas do litoral já estavam bastante depredadas, principalmente na área dos engenhos mais antigos, no Cabo, Ipojuca, Serinhaém e Rio Formoso. Perto da comarca das Alagoas, elas adensavam. As madeiras mais nobres agigantavam-se onde antes estava Palmares.¹⁶ Em 1809, um parecer sobre as matas de Pernambuco descrevia o percurso da floresta desde Penedo, às margens do São Francisco, até o rio Ipojuca, já perto do complexo urbano Recife-Olinda. Nele ficava claro que das matas palmarinas saíra a maior parte do pau-brasil exportado pela antiga

capitania de Duarte Coelho. Era também ali que estavam não apenas a nobre sicupira-mirim, mas também as “madeiras tortas” de alta qualidade, raras em outras localidades. A parte mais larga das matas era nas imediações do rio Formoso, perto da fronteira com a comarca das Alagoas, onde as matas, em certos pontos adentravam até o planalto da Borborema. Ali as matas desdobravam-se mais frondosas e densas. Eram da melhor qualidade as madeiras existentes nos vales dos rios Una e Jacuípe, entre Pernambuco e a futura província de Alagoas.¹⁷

Há ainda dois pontos importantes nesse parecer de 1809. O primeiro é deixar ainda mais claro do que os anteriores a necessidade de preservar as matas, evitando incêndios, mencionando inclusive o interesse do Estado nessa política. O segundo é o fato dele identificar negociantes engajados no comércio de madeira, enfatizando a lucratividade do negócio no alvorecer do século XIX. Segundo o parecerista, a capitania de Pernambuco exportou uma considerável quantidade de madeira para Portugal, atendendo uma encomenda do Paço, visando a construção do Palácio Real de Lisboa em 1804, que precisava de “5.000 madeiras” de tamanhos variados. Apesar da exuberância das matas perto dos rios Una e Jacuípe e adentrando a comarca das Alagoas, foi possível encontrar a madeira necessária perto do Recife, a não mais que 3 léguas de distância da principal vila da capitania. O valor total das madeiras enviadas girava em torno de 60 contos de réis, quantia essa bastante em conta, pois fora possível economizar algo em torno de outros 40 contos devido a existência de comerciantes especializados nesse ramo dos negócios no Recife, no caso, João Álvares Mergulhão e Francisco Xavier dos Reis Carneiro.¹⁸

Em 1851, um outro relatório, desta vez para o Ministério da Marinha, informava que continuava existido madeira apropriada para a construção naval em praticamente toda a província de Pernambuco. Todavia, era em Bonito, onde havia uma mata “de dez léguas de extensão, do nascente ao poente”, com muito pau-amarelo e sicupira que podia ser transportado para o litoral pelos rios Una e Serinhaém. Também havia madeira de lei entre os rios Una e Pirangi. Finalmente, era em Água Preta, onde havia as maiores matas, tanto pertencentes ao governo como a particulares.¹⁹ As antigas matas, portanto, ainda existiam e frondosas ao ponto de servirem para a construção naval, que exigia madeiras da

melhor qualidade e grande variedade. Vale lembrar mais uma vez, que foram justamente nessas matas que os Palmarinos e cabanos circularam.

Para Lindoso, o objetivo dos cabanos era defender as matas, ameaçadas por proprietários que aproveitaram o fim do monopólio da marinha sobre as madeiras para ocupar a área. Os cabanos pretendiam ainda defender seu modo de vida contra a interferência do Estado e manter os privilégios adquiridos como recompensa pela cooperação com o exército imperial que esmagou a Confederação do Equador em 1824. A rapidez com que os novos agentes da ordem avançaram sobre a área, recrutando até índios, não podia ficar sem reação. Muitos dos comandantes que combateram a Cabanada pertenciam a clãs que tinham terras nas imediações, inclusive um presidente de província e um Comandante das Armas.²⁰ Era gente diretamente interessada em ocupar aquela parte do Brasil. O ponto culminante para a que a Cabanada explodisse foi a prisão do cacique Hipólito em outubro de 1832. Até então, os focos de resistência pareciam mais localizados. Havia lideranças locais localizadas, como os irmãos Thimóteo e Manoel Affonso de Mello, mobilizando gente serra acima, nos entornos de Panelas e Quipapá. Mas quando Hipólito foi preso, o protesto dos índios foi geral. O governo decidiu recrutar todos os nativos entre 18 e 25 do vale do Jacuípe e proceder o recrutamento.²¹ A partir dali, até os índios que estavam a serviço das tropas do governo provincial mudaram de lado, aderindo ao movimento de mobilização encabeçado por Thimóteo – o “negro” Thimóteo, como dissera um dos seus perseguidores.²²

É o amálgama de gente de diferentes procedências, etnias e raças entre os cabanos que justifica chamá-los genericamente de “gente das matas”, como faziam tanto Vicente de Paula como seus adversários. Há relatos dos agentes da repressão mencionando uma espécie de farda cabana: “camisa e ceroula tinta” [sic], ou seja tingidas da cor de vinho tinto.²³ São inúmeras as referências aos papa-méis, a escravos e índios. Houve até quem chamasse os cabanos de “quilombo de escravos, assassinos e ladrões”.²⁴ Num ataque cabano, em 12 de janeiro de 1833, seu comandante era um “homem branco”, mas a maioria deles eram “índios e homens encoirados” [sic].²⁵ Essa observação permite-nos supor que, entre os cabanos, havia até vaqueiros, que combatiam com o gibão que os protegia dos galhos quando entravam a cavalo no mato em busca

de rezes ariscas. Deviam proceder justamente daqueles limites entre as matas e o agreste, de que falava o relatório mencionado acima de 1809. Entre os que apoiavam a Cabanada, todavia, não havia apenas gente que podia se confundir entre aldeia e quilombolas. Havia aqueles que não queriam isso. Entre os caudilhos locais que apoiaram os cabanos, um dos últimos a se render foi Serafim Leite. Ao aceitar a anistia, em 1835, não conteve sua satisfação com o fim da guerra, afirmando que nunca gostou da “companhia de negros”.²⁶

As autoridades provinciais tentaram negociar a rendição de Vicente de Paula em 1833 e em 1834. Mas ele não confiava nos “jacubinos” e preferiu continuar a guerra. Em 1835, as tropas distribuíram-se em torno das matas, batendo-as em suas profundezas à caça dos cabanos. Todas as lavouras encontradas, eram sistematicamente queimadas e os animais mortos ou apreendidos. Quem se rendia voluntariamente era anistiado. Segundo o comandante geral das tropas, Joaquim José Luís de Souza, somente entre março e maio de 1835, foram presos 1072, e mortos “à bala” 2.326 cabanos. Em junho, 1.021 pessoas haviam se rendido.²⁷ Os efetivos empregados contra os cabanos chegavam perto de cinco mil homens. A igreja também mobilizou padres para convencer os cabanos de que os “jacubinos”, como dizia Vicente de Paula, não eram contrários ao catolicismo e que Pedro I falecera, deixando o filho como sucessor. Vencidos pela fome, inúmeros camponeses e índios desistiram da luta. Quem entregava as armas recebia até quatro mil réis de compensação.²⁸ Nas últimas vezes em que foi visto, Vicente de Paula estava acompanhado de “negros aquilombados”.²⁹ Quando fugiu, levava consigo apenas uns 50 a 60 “papa-méis”, sua fiel tropa de escravos “roubados”.³⁰ A Cabanada chegava ao fim.

Em 1842, Frei José Plácido de Messina visitou as matas cabanas à procura da povoação que havia sido fundada por Vicente de Paula após a fuga. Depois de andar dois dias por matas onde sol não entrava nem ao meio dia, segundo seu relato, chegou a Riachão do Mato. Lá vivia um povo “semi-nu”, com costumes avessos aos apregoados pela igreja, apesar da fervorosa fé cristã. Entre suas práticas, estava o “despique”, ou seja, a possibilidade do casal separar-se ou juntar-se bastando o consentimento mútuo. Esse relato sobre um povo que não se vestia completamente e que não tinha problemas em fazer e desfazer casamentos indica a marcante

presença indígena entre os habitantes de Riachão do mato. Foram centenas os batizados e casamentos realizados por Frei Messina. Toda a população obedecia Vicente de Paula que, segundo o frade, era um “semi-branco” paupérrimo. Mas sua presença garantia a ordem. Segundo o frade, não havia assassinatos em Riachão do Mato. Ali, onde o braço do Estado e da justiça senhorial não alcançava, reinava a paz.³¹ Mesmo depois de debelada a Cabanada, Vicente de Paula continuou envolvido na política de Alagoas e Pernambuco. Também continuou “roubando” escravos até ser finalmente preso em 1849, a mando do então Presidente de Pernambuco, o Marquês do Paraná, que o atraiu para uma reunião, certamente prometendo uma anistia que nunca veio.

A variedade da “gente das matas” durante a Cabanada, era maior que a de Palmares, onde certamente havia bem menos brancos, muito menos em posições de comando, embora houvesse mestiços, inclusive filhos de Gangasona e até comandantes, como João Mulato, cujo nome deixa poucas dúvidas.³² Entre os africanos predominavam os de origem congo-angolana, o que não significa que procedessem de sociedades em paz entre si. A presença crioula também era marcante. Por volta de 1695, já havia gente nascida fora das senzalas. Gente que nascera no quilombo. A presença indígena também era marcante nas matas palmarinas e cabanas. Era freqüente o emprego dos nativos para combater quilombolas. Da perspectiva dos povos originais do Brasil, as aldeias e fortalezas dos fugitivos dos canaviais também podem ser percebidas como uma intrusão. Inúmeros devem ter sido os conflitos pelo controle de nichos ecológicos específicos, pelos melhores pontos de caça, pesca e plantio de lavouras. O menor número de mulheres, tanto nos navios negreiros como nas senzalas, tornava as índias em alvo dos desejos dos quilombolas, aumentando a tensão. O emprego de índios para combater quilombolas perpetuou-se. Os de Barreiros, por exemplo, foram combater o quilombo do Catucá, no final do primeiro reinado, da mesma forma que os nativos levados por Domingos Jorge Velho para atacar Palmares uns 140 anos antes, apoiados depois pelas aldeias constituídas pelo governo com o propósito explícito de conter o surgimento de novos quilombos.³³

É evidente que em todas as oportunidades possíveis interessava aos donos da terra separar índios e negros. Também não é preciso muita imaginação para perceber que o universo do trabalho nem sempre convida

a união e à solidariedade. As dificuldades com a sobrevivência muitas vezes afastam as pessoas. Seria romântico pensar que a opressão leva sempre a união dos oprimidos. Não obstante, apesar da permanente tensão, também houve colaboração e interação cultural entre os índios, os africanos e seus descendentes. Tanto os relatos sobre Palmares, como seus resquícios arqueológicos, revelam a adoção da cerâmica e das práticas agrícolas indígenas.³⁴ É sintomático que um dos líderes palmarinos se chamasse João Tapuya.³⁵ Essa integração também pode ser vista no universo religioso brasileiro atual, onde caboclos e exus convivem em diversos rituais. A gente das matas, portanto, era muito diversificada. Suas complexas experiências não podem ser reduzidas a antinomias simplistas.

Mesmo negociando com o mundo externo – donde vinha pólvora, armas de fogo e outros tantos produtos manufaturados – os habitantes das matas procuravam preservar seus respectivos modos de vida e, principalmente, uma certa autonomia em face do nascente Estado e da economia agro-exportadora, engolidora de homens e árvores. Para o comandante das tropas que combateu os cabanos no começo da rebelião, o problema era a própria população do lugar, gente arredia à lei e ao Estado imperial, investida de costumes muito diversos dos que reinavam nas cidades costeiras entre a gente branca e endinheirada. Dizia o Major Santiago, comandante geral das tropas que saíram do Recife em perseguição aos cabanos: “o povo desde esse ponto até o acampamento foi sempre vencido a força de armas”.³⁶ Tinha razão. Não haveria como ser diferente naquele contexto. As armas é que iriam mudar, sofisticando-se. Em 1853, o imperador resolveu propor uma nova agenda para o parlamento, visando promover a indústria e comércio e assim expandir o raio de sua legitimidade em face da classe dominante. Em sua agenda estava a conciliação entre os partidos e os chamados “melhoramentos materiais”, que incluíam a construção de uma extensa malha ferroviária, que incluiria a estrada de ferro que sairia do Recife em direção a Água Preta, antigo foco cabano. A prisão de Vicente de Paula em 1851, – o grande comandante de negros e índios – simbolicamente abriu o caminho do trem, que cortaria as matas cabanas e palmarinas. Matas que, todavia, não foram totalmente vencidas. O viajante que percorre as estradas a leste do planalto da Borborema percebe que elas persistem em Bonito,

em Água Preta, em Anadia, em União dos Palmares. Encimadas nos morrotes mais íngremes, são testemunhas vivas das lutas daqueles que um dia viveram nelas.

Notas

- ¹ Jan Vansina, "L'homme, lês forêts et lê passe em Afrique". *Annales, Histoire, Sciences Sociales* (1985), vol. 40, n. 6, p. 1309.
- ² "Diário da Viagem do Capitão João Blaer aos Palmares em 1645", in Edison Carneiro, *O Quilombo dos Palmares*. Coleção Brasileira vol. 302, 1947; reedição: São Paulo, Ed. Nacional, 1988, p. 255.
- ³ Décio Freitas, *Palmares: A Guerra dos Escravos*, Rio de Janeiro, Graal, 1978, pp. 156-157.
- ⁴ Marcus J. M. de Carvalho, "O Quilombo de Malunguinho: O Rei das Matas de Pernambuco", in João José Reis e Flávio Gomes (Eds.), *Liberdade por um Fio: História do Quilombo no Brasil* (São Paulo, Companhia de Letras, 1996), pp. 407-432. Idem, "O outro lado da Independência: Quilombolas, negros e pardos em Pernambuco (Brasil)", 1817-23. *Luso-Brazilian Review*, University of Wisconsin Press, v. 43, n.1, 2006, pp. 1-30. Idem, "A Vossa Senhoria (...) incumbe a destruição de quilombos: juizes de paz, quilombolas e noções de ordem e justiça no primeiro reinado". In SILVA, Giselda Brito e Almeida, Suely Creusa Cordeiro de (Orgs.) *Ordem e Polícia: controle político-social e formas de resistência em Pernambuco*, sécs. XVIII-XIX. Recife, Editora da UFRPE, 2007, pp. 39-68.
- ⁵ APEJE (Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano), Juiz de Paz, vol. 1, 24/07/1829 e 26/07/1829.
- ⁶ "Memória dos acontecimentos havidos nos primeiros anos de guerra contra os negros das palmeiras, e dos sucesso obtidos, até a paz feita com o rei Gangasuma, em junho de 1678", in Luís Sávio de Almeida (Organizador), *Mata e Palmares nas Alagoas*, Arapiraca, Edual, 2004, p. 48.
- ⁷ Aires de Casal, *Corografia Brasílica*, Rio de Janeiro, 1817, reedição: Belo Horizonte, Itatiaia, 1976, p. 255.
- ⁸ Warren Dean, *A Ferro e Fogo: A História da Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 192.
- ⁹ "Diário da Viagem do Capitão João Blaer aos Palmares em 1645", in Edison Carneiro, *O Quilombo dos Palmares*. Coleção Brasileira vol. 302, 1947; reedição: São Paulo, Ed. Nacional, 1988, p. 255.
- ¹⁰ Gilberto Freyre, *Nordeste*, Rio, Editora Record, 1989, cap. 3.

- ¹¹ Freitas, p. 155.
- ¹² Freitas, p. 182. Geyza Kelly Alves da Silva, “Índios e Identidades: Formas de Inserção e Sobrevivência na Sociedade Colonial (1535-1716)”, Recife, UFPE, Dissertação de Mestrado, p. 112.
- ¹³ Ata da reunião do dia 11/08/1829, Conselho de Governo de Pernambuco, *Atas do Conselho de Governo (1821-34)* (Transcrição de Acácio José Lopes Catarino e Hercy Laís de Oliveira), Recife, Assembléia Legislativa, 1997, vol. 2, p. 93.
- ¹⁴ ANRJ (Arquivo Nacional, Rio de Janeiro), Ministério da Guerra, IG-1 94, 09/01/1833. Veja-se ainda, F. A. Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*. Recife, FUNDARPE, 1985, vol. 9, p. 535.
- ¹⁵ Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), I-32, 11, 2, 10/08/1833.
- ¹⁶ José Mendonça de Mattos Moreira, “As matas das Alagoas: providências acerca delas e sua descrição”, Porto Calvo, 1797, in Almeida (2004), pp. 26, 35 e passim.
- ¹⁷ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro), Lata 51, documento 10, “Relação das matas de Alagoas que têm princípio no lugar do Pescoço e de todas as que fiam ao norte leste até o rio Ipojuca”, 20/08/1809.
- ¹⁸ Ibidem.
- ¹⁹ ANRJ, XM 332, Relatório do Presidente de PE ao Ministro da Marinha, 17/03/1851.
- ²⁰ ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 270, 25/07/1833; IG-1 65, 27/02/1833, 15/05/1833, 25/05/1833, 12/06/1833, 27/07/1833.
- ²¹ ANRJ, Ministério da Justiça, IJ-1 694 03/11/1832.
- ²² ANRJ, Ministério da Justiça, IJ-1 694 24/09/1832.
- ²³ ANRJ, Ministério da Justiça, IJ-1 694, 20/02/1833. Numa ocasião, o comandante de Porto de Pedras prendeu seis cabanos, três trajavam “camisas tintas”. Os outros três eram papa-méis. Depois mataram mais três. Todos também com “camisas tintas”. Veja-se também BNRJ, I-32, 11, 2, 28/12/1833.
- ²⁴ APEJE, *O Equinoxial* (Recife), 14/09/1832.
- ²⁵ BNRJ, I-32, 11, 2, 15/01/1833, 17/01/1833.
- ²⁶ ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 94, 24/05/1835.
- ²⁷ Ministério da Guerra, IG-1 65 19/05/1835. IG-1 270, 11/06/1835.
- ²⁸ ANRJ, Ministério da Guerra, IG¹ 94, 24/04/1835.
- ²⁹ ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 94, 24/05/1835; IG-1 270, 22/06/1835.
- ³¹ ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 65, 23/06/1835.

³² Andrade, cap. VII, segunda parte. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Estante A, Gaveta 16, 26/11/1842.

³³ “Memória dos acontecimentos, etc”, in Almeida (2004), p. 48, pp. 57 e 66.

³⁴ APEJE, Ofícios do Governo, vol. 47, 01/07/1835.

³⁵ Pedro Paulo de Abreu Funari, “A Arqueologia de Palmares – Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana”, in João José Reis e Flávio Gomes (Eds.), *Liberdade por um Fio: História do Quilombo no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 36-45.

³⁶ “Memória dos acontecimentos, etc”, in Almeida (2004), p. 57.37 ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 270, 25/07/1833.